

Impacto da Convergência Contábil Internacional na Suavização de Resultados em Empresas Brasileiras

Roberto Carlos Klann[†]

Universidade Regional de Blumenau – FURB

Ilse Maria Beuren^Ω

Universidade Federal do Paraná – UFPR

RESUMO

No Brasil, a convergência às normas do IASB iniciou em 2008, com a entrada em vigor da Lei nº 11.638/07. Este estudo objetiva verificar a influência do processo de convergência às normas contábeis internacionais no nível de suavização de resultados de empresas brasileiras. Pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa, pautada no modelo de Barth, Landsman e Lang (2008), foi realizada a partir das demonstrações contábeis de 133 empresas no período de 2005 a 2007 (pré-IFRS), totalizando 344 observações, além de 106 empresas no período de 2010 a 2012 (pós-IFRS), totalizando 289 observações. As demonstrações contábeis foram extraídas do sítio da *Thomson ONE Banker*. Na análise dos dados, aplicaram-se técnicas estatísticas de regressão linear multivariada, Teste F e correlação de Pearson. Os resultados apontam elevação nos níveis de suavização de resultados após a convergência. Conclui-se que a efetividade do processo de convergência das normas contábeis do país às normas internacionais, a fim de obter melhoria na qualidade da informação contábil, não depende apenas da convergência das normas contábeis.

Palavras-chave: Convergência contábil internacional. IFRS. Gerenciamento de resultados. Suavização de resultados.

Recebido em 15/07/2010; revisado em 01/10/2010; aceito em 16/12/2010; divulgado em 05/03/2012

***Autor para correspondência:**

[†] Doutor em Ciências Contábeis e Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau - FURB

Vínculo: Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau – FURB – Blumenau - SC - Brasil
E-mail: rklann@furb.br

^Ω Doutora em Controladoria e Contabilidade pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - FEA/USP
Vínculo: Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da

Universidade Federal do Paraná - UFPR – Paraná - PR - Brasil
E-mail: ilse.beuren@gmail.com

Nota do Editor: *Esse artigo foi aceito por Emerson Mainardes*



Este trabalho foi licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 3.0 Não Adaptada](https://creativecommons.org/licenses/by/3.0/).

1 INTRODUÇÃO



Contabilidade, como principal provedora de informações das empresas, desempenha papel fundamental nas transações comerciais e financeiras. As divergências entre as normas contábeis dos diversos países representavam um entrave a esse processo, pois prejudicava a linguagem dos negócios pela falta de uniformidade na mensuração dos eventos econômicos das empresas.

O processo de convergência das normas contábeis de cada país para as normas contábeis internacionais é importante no sentido de mitigar esses entraves. Nesse sentido, o *International Accounting Standard Board* (IASB) teve papel fundamental, o de desenvolver um conjunto de normas contábeis de alta qualidade, que pudesse servir de referência como padrão mundial para a elaboração de demonstrações contábeis, denominadas *International Accounting Standards* (IAS) e *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

No Brasil, esse processo de convergência às normas do IASB tem como marcos fundamentais a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 2005, a Instrução nº 457/07 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que determinou para as companhias abertas a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas em IFRS a partir de 2010, além da Lei nº 11.638/07, que alterou diversos dispositivos da Lei nº 6.404/76.

A convergência dos padrões contábeis locais para as normas do IASB tem como finalidade reduzir as distorções das informações reportadas pelas empresas, a partir de um cenário de comércio internacional e busca por fluxos de capitais estrangeiros em desenvolvimento. Espera-se, com isso, reduzir a assimetria informacional entre os diversos usuários das informações contábeis, como investidores, analistas, parceiros comerciais e outros interessados, situados em diferentes países.

O processo de convergência das normas contábeis em âmbito internacional motivou a realização de diversas pesquisas sobre o impacto desse processo nas demonstrações contábeis. Alguns desses estudos abordam o impacto das IFRS no mercado de capitais (ASHBAUGH; OLSSON, 2002; BENEISH; YOHAN, 2008), outros investigam seus efeitos no custo de capital das empresas (ERNSTBERGER; VOGLER, 2008), a proteção aos investidores (RENDERS; GAEREMYNCK, 2007). Outros investigaram o nível de adequação dos GAAPs locais às IFRS (DING; SU, 2008). Ainda há os que examinaram as consequências econômicas da adoção das IFRS (CHRISTENSEN; LEE; WALKER, 2007; DASKE et al., 2008).

A convergência às IFRS também suscitou pesquisas relacionadas ao gerenciamento de resultados (GR), mas os resultados dos estudos internacionais não são unânimes quanto aos efeitos da convergência nos níveis de GR. Diversas pesquisas apontam que determinadas características contextuais dos países podem influenciar os efeitos da convergência sobre o GR, como mecanismos de proteção ao investidor (DYCK; ZINGALES, 2004; RENDERS; GAEREMYNCK, 2007), sistema legal baseado no *common law* ou *code law* (LEUZ; NANDA; WYSOCKI, 2003), normas contábeis locais baseadas em regras (VAN TENDELOO; VANSTRAELEN, 2005; GONCHAROV; ZIMMERMANN, 2006), condições de acesso ao mercado de capitais (JEANJEAN; STOLOWY, 2008), sistema de obrigatoriedade mais efetivo de adoção das normas do IASB e maior regulamentação da governança corporativa (CHEN et al., 2010).

No Brasil, Santos et al. (2011) investigaram se a promulgação da Lei n^o 11.638/07 alterou o grau de conservadorismo contábil, medido pelo Modelo de Basu, de empresas brasileiras não financeiras, entre o primeiro trimestre de 2005 e o terceiro trimestre de 2009. Esses autores não encontraram efeitos significativos, no entanto destacam que seus resultados são preliminares, dada a limitação temporal da amostra. Grecco (2013), utilizando o Modelo de Jones Modificado, não encontrou alterações nos níveis de gerenciamento de resultados de 361 empresas brasileiras não financeiras no período de 2005 a 2011. Rosa e Tiras (2013) investigaram aspectos do ambiente econômico em que são elaboradas as demonstrações financeiras e o potencial para o gerenciamento de resultados no Brasil. Esses autores sugerem a pesquisadores brasileiros analisar aspectos do ambiente econômico brasileiro, como a atratividade recente de investimentos estrangeiros, estrutura societária e os efeitos da inflação sobre as práticas de gerenciamento. Apontam que nem todos os modelos de gerenciamento de resultados, utilizados em estudos internacionais, são adequados à realidade brasileira.

Estudos sobre o tema que analisam empresas de diversos países, como o de Yoon (2007), Barth, Landsman e Lang (2008) e Chen et al. (2010), não apresentam um comparativo dos efeitos da convergência no GR entre os países, separando esses países em grupos, por exemplo, de acordo com suas características contextuais. Investigar a influência do processo de convergência contábil internacional nas empresas brasileiras, em relação à suavização de resultados, uma das formas de GR, pode contribuir para um melhor entendimento dos benefícios da convergência, em termos de qualidade da informação contábil.

Essa lacuna implica verificar em que medida a convergência às normas do IASB influencia no GR em empresas brasileiras inseridas num ambiente específico, caracterizado

por um mercado acionário em expansão, um sistema legal baseado no *code law* e normas contábeis locais até 2007 fundamentas em regras ao invés de princípios. Assim, levantou-se a seguinte questão de pesquisa: Qual a influência do processo de convergência às normas contábeis internacionais no nível suavização de resultados em empresas brasileiras? O objetivo do estudo é verificar a influência do processo de convergência às normas do IASB no nível de suavização de resultados em empresas brasileiras.

Apesar das expectativas sobre os efeitos do processo de convergência contábil internacional, ainda são incipientes os estudos sobre o tema no Brasil. Como esse processo de convergência no Brasil é recente, justifica-se o estudo que busca identificar a sua influência no GR das empresas, por meio da abordagem de suavização de resultados. O avanço em relação a pesquisa de Barth, Landsman e Lang (2008) decorre do fato de se considerar um campo de estudo distinto, com diferentes características contextuais e pela destacada importância econômica do Brasil, além de considerar um período longitudinal *ex-ante* e *ex-post* a convergência.

2 GERENCIAMENTO DE RESULTADOS

O termo gerenciamento de resultados (GR) é comumente denominado na literatura internacional como *earnings management*. Além desses termos, Paulo (2007) também cita a suavização de resultados (*income smoothing*), contabilização conservadora para redução de lucros correntes em prol de lucros futuros (*big bath accounting*) e maquiagem de demonstrações contábeis (*window dressing*).

Duas das definições sobre GR mais encontradas na literatura acadêmica, internacional ou nacional, são as apresentadas por Schipper (1989) e Healy e Wahlen (1999). Schipper (1989, pág. 92) entende o GR como uma “intervenção proposital no processo de evidenciação externa, com a intenção de obter algum ganho privado”. Com essa definição, Schipper limita a discussão sobre o GR às evidenciações externas, excluindo os relatórios contábeis gerenciais.

Para Healy e Wahlen (1999, pág. 368), o GR ocorre quando os administradores utilizam de julgamento na informação financeira reportada e em decisões relativas às atividades operacionais, com o intuito de “alterar informações financeiras, ou iludir alguns investidores sobre o desempenho econômico da companhia, ou para influenciar resultados contratuais que dependam dos números contábeis informados”.

Nessas perspectivas, o GR implica modificação das informações contábeis reportadas,

com vistas a algum ganho individual do gestor, ou para que a empresa possa apresentar uma situação mais favorável perante seus *stakeholders*. Santos e Paulo (2006, pág. 16) destacam que “a possibilidade de distorção das informações contábeis, normalmente, origina-se da existência de critérios alternativos de reconhecimento, mensuração e/ou evidenciação dentro do sistema contábil”. Oportuniza-se assim aos administradores escolher uma entre mais alternativas válidas, para retratar as informações da forma mais conveniente, podendo distorcer a análise do desempenho empresarial.

As motivações ou os incentivos para a prática de GR têm sido objeto de diversas pesquisas. Watts e Zimmerman (1986), a partir da abordagem da Teoria Positiva, desenvolveram três hipóteses para orientar estudos sobre a explicação da adoção de certas práticas contábeis pelas empresas: plano de incentivos, grau de endividamento e custos políticos. Healy e Wahlen (1999) relacionaram três incentivos que devem basear a pesquisa empírica em GR: mercado de capitais, incentivos contratuais e regulação. Martinez (2001) adiciona ainda os custos políticos nas motivações regulamentares para a existência de GR.

Martinez (2001) afirma que existem diversas modalidades de GR, dependendo das motivações envolvidas no processo, mas destaca três modalidades principais. A modalidade do resultado alvo (*target earnings*) consiste no gerenciamento para atingir determinadas metas de lucro predeterminadas, que podem ser superiores ou inferiores ao resultado do período. Na modalidade suavização de resultados (*income smoothing*), o objetivo é reduzir a variabilidade dos resultados, mantendo-se o resultado estável em um determinado patamar. Na contabilização conservadora (*big bath accounting*), a empresa piora o seu resultado atual a fim de melhorar o resultado futuro.

Diversos modelos ou metodologias para apuração ou detecção de GR pelas empresas são encontrados na literatura, em modelos qualitativos ou quantitativos. De acordo com Martinez (2001), a abordagem quantitativa é baseada em três metodologias: distribuição de frequência análise de *accruals* específicos e análise de *accruals* agregados ou totais.

A regularidade na distribuição de frequência dos resultados foi associada ao GR por Burgstahler e Dichev (1997). Consiste na evidência empírica de um pequeno número de empresas que apresentam pequenos prejuízos e um grande número de empresas com pequenos lucros. A principal vantagem dessa metodologia é não precisar estimar os *accruals*, porém, não permite analisar de que forma o GR foi realizado (TRAPP, 2009).

A análise dos *accruals* específicos, segundo Trapp (2009), objetiva analisar o

comportamento de determinados ramos de empresas ou contas contábeis específicas. Ela requer grande número de observações. A metodologia dos *accruals* agregados ou totais foi primeiramente utilizada por Healy (1985). O objetivo é estimar o componente discricionário dos *accruals*. Os *accruals* totais são divididos em: discricionários e não-discricionários. A parte discricionária dos *accruals* é gerenciável, ou depende de julgamento do gestor.

3 GERENCIAMENTO DE RESULTADOS E CONVERGÊNCIA ÀS IFRS

O relacionamento entre o GR e a convergência das normas contábeis em nível internacional é discutido em diversos estudos, mas os resultados não são similares. Alguns não encontraram diferenças significativas entre os relatórios em IAS/IFRS e os relatórios em GAAPs locais (VAN TENDELOO; VANSTRAELEN, 2005; JEANJEAN; STOLOWY, 2008; ELBANNAN, 2011). Outros apontam aumento no GR após a adoção das normas do IASB (GONCHAROV; ZIMMERMANN, 2006; PAANANEN; LIN, 2009).

Jeanjean e Stolowy (2008) observaram que os níveis de GR das empresas do Reino Unido e da Austrália não diminuíram após a adoção das IFRS. Nas empresas francesas, houve um aumento do GR após a convergência às IFRS, o que pode aumentar a assimetria de informação entre gestores e usuários externos das informações contábeis dessas empresas.

Ao estudar a adoção das IFRS por empresas egípcias, Elbannan (2011) não encontrou evidências significativas de redução do GR após o processo de convergência. Ele atribui esses resultados à falta de conformidade entre os preparadores das demonstrações contábeis, mecanismos regulatórios impróprios, infraestrutura deficiente da contabilidade naquele país e inadequado treinamento dos profissionais.

Segundo Van Tendeloo e Vanstraelen (2005), Goncharov e Zimmermann (2006) e Jeanjean e Stolowy (2008), o processo de convergência às normas do IASB, mais flexíveis, por se basearem em princípios em vez de regras, pode resultar em aumento nos níveis de GR, principalmente em países com normas contábeis baseadas em regras, com mercado acionário fraco e pouca proteção aos investidores. Essa combinação de fatores pode levar a um cenário de GR mais elevado sob as normas do IASB, em relação às normas contábeis locais. Nesse sentido, elaborou-se a hipótese de pesquisa que segue:

H₁ – o processo de convergência às normas contábeis internacionais aumentou o gerenciamento de resultados em companhias brasileiras.

Por outro lado, há estudos que apontam a melhoria na qualidade dos relatórios baseados nas IAS/IFRS (ASHBAUGH; PINCUS, 2001; YOON, 2007; BARTH; LANDSMAN;

LANG, 2008; CHRISTENSEN; LEE; WALKER, 2008; CHEN et al., 2010; IATRIDIS, 2010; IATRIDIS; ROUVOLIS, 2010).

Yoon (2007), ao analisar o processo de convergência contábil em 41 países, encontrou alguma evidência de associação positiva entre a convergência de normas contábeis e a melhoria da qualidade contábil. Uma das *proxies* utilizadas foi a qualidade dos *accruals*, relacionada ao GR. Christensen, Lee e Walker (2008) observaram em sua pesquisa melhoria da qualidade contábil com a adoção das IFRS somente para empresas que possuem incentivos para adotar as normas do IASB.

Barth, Landsman e Lang (2008), pesquisando empresas de 21 países, constataram que aquelas que adotam as normas internacionais do IASB apresentam menos evidências de GR, maior tempestividade no reconhecimento de perdas e maior *value relevance* para as informações contábeis. Iatridis (2010), na pesquisa da adoção das IFRS em empresas inglesas, obteve os mesmos resultados de Barth, Landsman e Lang (2008).

Já os resultados do estudo de Iatridis e Rouvolis (2010) em empresas da Grécia apontam um pequeno aumento no GR logo após a convergência, e redução nos períodos seguintes. De maneira geral, verificaram melhoria na qualidade contábil das demonstrações com a adoção das IFRS.

Ao pesquisar empresas de 15 países da União Europeia, Chen et al. (2010) verificaram redução dos níveis de GR após a adoção das IFRS. Esses autores complementam que a melhoria da qualidade contábil é atribuível às IFRS, em vez de mudanças nos incentivos gerenciais, características institucionais do mercado de capitais e ambiente geral de negócios.

Por outro lado, com base nos resultados das pesquisas de Barth, Landsman e Lang (2008), Iatridis (2010), Iatridis e Rouvolis (2010), as elevadas exigências de evidenciação e a qualidade dos relatórios financeiros exigidos pelas normas do IASB levam à redução nos níveis de GR, principalmente em países com mercado acionário forte e mecanismos robustos de proteção aos investidores. Nessa perspectiva, elaborou-se a seguinte hipótese de pesquisa:

H₂ – o processo de convergência às normas contábeis internacionais diminuiu o gerenciamento de resultados em companhias brasileiras.

Barth, Landsman e Lang (2008) ponderam em seu estudo que os resultados das empresas podem ser influenciados por outros fatores, não atribuíveis ao sistema de reporte financeiro da entidade, se refletindo nas medidas de GR. Os autores utilizaram fatores, como tamanho, crescimento de vendas, mudança percentual nas ações preferenciais, índices de

endividamento, fluxo de caixa e auditoria, como variáveis de controle, para garantir a confiabilidade da métrica utilizada de GR.

Depreende-se que o processo de convergência das normas contábeis em âmbito internacional, com a adoção ou a adaptação às normas contábeis do IASB, pode resultar em maior ou menor flexibilidade, na comparação das normas locais com as do IASB. Esse processo pode proporcionar, segundo alguns estudos aqui apresentados, o GR, considerando o comportamento oportunístico do agente (preparador das demonstrações contábeis).

4 MÉTODO E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Esta seção apresenta a população e amostra da pesquisa, bem como os procedimentos para coleta e análise dos dados.

4.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população da pesquisa compõe-se de empresas brasileiras listadas na base de dados *Thomson ONE Banker* (<http://banker.thomson.com>), totalizando 364 companhias. O critério para seleção da amostra foi a companhia apresentar valores para todas as variáveis pesquisadas em ambos os períodos de análise (2005 a 2007 e 2010 a 2012). Com base nesse critério, identificaram-se 123 empresas, totalizando 369 observações em cada período. Por fim, no decorrer da análise, foram excluídas 12 observações classificadas como *outliers* no período pré-convergência, restando uma amostra final de 357 observações nesse período. No período pós-convergência, foram excluídas 34 observações classificadas como *outliers*, resultando em uma amostra final de 335 casos. Foram classificadas como *outliers* as observações acima de três desvios-padrão, obtidas diretamente pelo software SPSS 20.0.

4.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

O estudo utiliza como *proxies* de GR três medidas relacionadas à suavização de resultados, com base no modelo adotado em Barth, Landsman e Lang (2008). As métricas utilizadas para medir os níveis de GR das empresas brasileiras no período pré-convergência (período 1) e no período pós-convergência (período 2) estão descritas a seguir.

Métrica 1: Variabilidade das mudanças no lucro líquido (ΔNI)

Variável dependente:

ΔNI

$$\Delta NI = \left(\frac{LO_n}{AT^n} - \frac{LO_{n-1}}{AT_{n-1}} \right)$$

Em que:

LO_n = lucro operacional líquido no período n (compreende as vendas menos todas as despesas operacionais, mas não inclui o resultado financeiro, nem outras receitas e despesas não operacionais);

AT_n = Ativo Total no período n.

Equação 1:

$$\Delta NI_{it} = \alpha_0 + \alpha_1 SIZE_{it} + \alpha_2 GROWTH_{it} + \alpha_3 LEV_{it} + \alpha_4 DISSUE_{it} + \alpha_5 TURN_{it} + \alpha_6 CF_{it} + \alpha_7 AUD_{it} + \alpha_8 XLIST_{it} + \alpha_9 CLOSE_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Variáveis independentes (de controle):

SIZE = valor do ativo total;

GROWTH = percentual de mudanças nas vendas;

LEV = total do passivo dividido pelo total do patrimônio líquido no final do ano;

DISSUE = percentual de mudanças no total dos passivos;

TURN = vendas divididas pelos ativos totais no final do ano;

CF = fluxo de caixa líquido anual das atividades operacionais dividido pelos ativos totais no final do ano;

AUD = variável *dummy*, sendo 1 para empresa auditada por PwC, KPMG, E&Y ou D&T, e zero para outras;

XLIST = negociação de ações em bolsa de valores nos Estados Unidos da América, sendo 1 para sim e zero para não;

CLOSE = Percentual de ações mantidas por indivíduos ou entidades relacionados à companhia, como diretores e seus familiares, fundações, entre outros.

A variabilidade de ΔNI é a respectiva variância dos resíduos da Equação 1, aplicadas no período pré e pós-convergência. Quanto menor a variabilidade, maior a evidência de suavização (gerenciamento) de resultados.

A variável EISSUE (percentual de mudanças nas ações preferenciais), presente no modelo aplicado por Barth, Landsman e Lang (2008), não foi utilizada neste estudo. Essa variável é baseada no Modelo de Pagano, Röell e Zehner (2002), o qual assume que a estrutura de financiamento pode influenciar decisões das empresas sobre informações evidenciadas. O estudo de Barth, Landsman e Lang (2008) foi aplicado em empresas de

países onde o mercado de capitais representa a principal fonte de financiamento para as empresas. No Brasil, apesar do desenvolvimento do mercado de capitais nos últimos anos, os financiamentos de longo prazo ainda têm como principal fonte as instituições financeiras, principalmente governamentais, como por exemplo, o BNDES. Então, para captar os efeitos da estrutura de financiamento neste estudo, utilizaram-se as variáveis LEV e DISSUE. Métrica 2: Taxa média da variabilidade nas mudanças no lucro líquido (ΔNI) sobre a variabilidade das mudanças no Fluxo de Caixa Operacional (ΔCFO).

Variável dependente:

$$\Delta CFO_n = \left(\frac{CFO_n}{AT_n} - \frac{CFO_{n-1}}{AT_{n-1}} \right)$$

Em que:

CFO_n = Fluxo de caixa operacional no período n;

AT_n = Ativo Total no período n.

Equação 2:

$$\Delta CFO_{it} = \alpha_0 + \alpha_1 SIZE_{it} + \alpha_2 GROWTH_{it} + \alpha_3 LEV_{it} + \alpha_4 DISSUE_{it} + \alpha_5 TURN_{it} + \alpha_6 CF_{it} + \alpha_7 AUD_{it} + \alpha_8 XLIST_{it} + \alpha_9 CLOSE_{it} + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

Variáveis independentes (de controle):

As mesmas da métrica 1.

$$\frac{\Delta NI}{\Delta CFO} = \left(\frac{\Delta NI_n}{\Delta CFO_n} \right)$$

Onde:

ΔNI_n = resíduo da equação 1 no período n;

ΔCFO_n = resíduo da equação 2 no período n.

A variabilidade do ΔCFO é a variância dos grupos de resíduos da Equação 2, sendo o primeiro grupo pré-convergência e o segundo grupo pós-convergência. Quanto menor a variabilidade, maior a probabilidade de ocorrência de GR.

Métrica 3: Correlação de Pearson entre *accruals* e fluxo de caixa

Variáveis dependentes:

$$CF = \frac{CFO}{AT} \quad (3)$$

$$ACC = \frac{(LO - CFO)}{AT} \quad (4)$$

Em que:

ACC = *accruals*

LO = lucro líquido operacional

CFO = fluxo de caixa operacional

AT = Ativos totais

Equação 3:

$$CF_{it} = \alpha_0 + \alpha_1 SIZE_{it} + \alpha_2 GROWTH_{it} + \alpha_3 LEV_{it} + \alpha_4 DISSUE_{it} + \alpha_5 TURN_{it} + \alpha_6 AUD_{it} + \alpha_7 XLIST_{it} + \alpha_8 CLOSE_{it} + \varepsilon_{it} \quad (3)$$

Equação 4:

$$ACC_{it} = \alpha_0 + \alpha_1 SIZE_{it} + \alpha_2 GROWTH_{it} + \alpha_3 LEV_{it} + \alpha_4 DISSUE_{it} + \alpha_5 TURN_{it} + \alpha_6 AUD_{it} + \alpha_7 XLIST_{it} + \alpha_8 CLOSE_{it} + \varepsilon_{it} \quad (4)$$

Variáveis independentes:

As mesmas da métrica 1, excluindo-se a variável CF.

$$ACC_CF_n = \rho(ACC, CF)$$

São comparadas as correlações dos resíduos das Equações 3 e 4, em lugar de correlações entre CF e ACC diretamente. Uma correlação negativa é um indicador de GR, uma vez que as empresas tendem a influenciar seus *accruals* para cima quando os fluxos de caixa parecem menores.

A coleta de dados foi realizada a partir do sítio da *Thomson ONE Banker* (<http://banker.thomson.com>), nas bases de dados *Thomson Financial* e *Worldscope*. O período de análise compreendeu os anos de:

a) 2005 a 2007 - antes da entrada em vigor da Lei n^o 11.638/07, que trouxe profundas modificações na normatização contábil brasileira, em convergência com as normas contábeis internacionais do IASB;

b) 2010 a 2012 – período de adoção das *full IFRS* para demonstrações consolidadas.

Não foi considerado na análise o ano de 2008 devido a dois aspectos principais: regulatório e econômico. Sobre o primeiro aspecto, embora a Lei nº 11.638/07, considerada marco legal inicial do processo de convergência das normas contábeis brasileiras às normas do IASB, tenha entrado em vigor no ano de 2008, alguns de seus dispositivos tiveram sua aplicação diferida para 2009. Além disso, até o final de 2008, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) havia emitido apenas 15 pronunciamentos. Em relação ao segundo aspecto, o econômico, vale lembrar que o ano de 2008 foi marcado pela forte crise econômica mundial, que iniciou nos Estados Unidos da América com a crise do setor imobiliário, conhecida como a crise do *subprime*, que levou à falência instituições financeiras e seguradoras conhecidas mundialmente. Essa crise se espalhou pelo mundo, impactando os resultados de diversas empresas. Além do ano de 2008, também não foi considerado na análise o ano de 2009. Primeiramente, porque as variáveis ΔNI e ΔCFO para 2009 sofrem influência dos valores de 2008 (variação em relação ao ano anterior). Além disso, o ano de 2009 ainda pode ser considerado como período de transição para as IFRS.

5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Primeiramente, apresenta-se a estatística descritiva das variáveis de teste e das variáveis de controle utilizadas nas equações de regressão, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Estatística Descritiva dos Dados Complementares das Empresas Brasileiras

Variáveis	Período pré-IFRS (período 1)			Período pós-IFRS (período 2)		
	média	Mediana	desvio-padrão	média	mediana	desvio-padrão
ΔNI	-0,0044	-0,0013	0,0653	-0,0035	-0,0027	0,0400
ΔCFO	-0,0067	-0,0014	0,12589	-0,0145	-0,0044	0,12165
ACC	-,0143	0,0054	0,25659	0,0038	0,0032	0,12932
CF	0,0462	0,0569	0,27513	0,0444	0,0448	0,16145
SIZE	6,7398	6,4795	2,276	7,6105	7,3476	2,4003
GROWTH	0,2005	0,1087	0,66589	0,2258	0,1128	1,8570
LEV	1,6960	1,1897	5,876	5,4192	1,4188	35,7096
DISSUE	0,4599	0,1182	2,85705	0,1716	0,1046	0,4523
TURN	0,7769	0,6657	0,61422	0,6518	0,5313	0,5586
CF	0,0462	0,0569	0,27513	0,0444	0,0448	0,16145
AUD	0,6723	1,0000	0,47005	0,6836	1,0000	0,46577
XLIST	0,1793	0,0000	0,38412	0,1940	0,0000	0,39604
CLOSE	0,2172	0,0000	0,31848	0,2102	0,0000	0,2950

ΔNI = Variabilidade das mudanças no lucro líquido; ΔCFO = variabilidade das mudanças no Fluxo de Caixa Operacional; ACC = *accruals*; CF = fluxo de caixa; SIZE = logaritmo natural do valor do ativo total; GROWTH = percentual de mudanças nas vendas; LEV = total do passivo dividido pelo total do patrimônio líquido no final do ano; DISSUE = percentual de mudanças no total dos passivos; TURN = vendas divididas pelos ativos totais no final do ano; CF = fluxo de caixa líquido anual das atividades operacionais dividido pelos ativos totais no final do ano; AUD = variável *dummy*, sendo 1 para empresa auditada por PwC, KPMG, E&Y ou D&T, e zero para outras; XLIST = negociação de ações em bolsa de valores nos Estados Unidos da América, sendo 1 para sim e zero para não; CLOSE = Percentual de ações mantidas por indivíduos ou entidades relacionados à companhia, como diretores e seus familiares, fundações, entre outros.

Fonte: dados da pesquisa.

As variáveis de teste apresentadas na Tabela 1 demonstram maior desvio-padrão no período pré-convergência, o que pode indicar que os resultados das empresas apresentaram menor variabilidade no período pós-convergência, com indícios de suavização de resultados.

No entanto ressalta-se que essa análise das variáveis de teste deve ser tratada com cautela, pois podem sofrer influência de outros fatores externos além do processo de convergência contábil internacional, o que o Modelo de Barth, Landsman e Lang (2008) procura mitigar com a utilização das variáveis de controle.

Em relação às variáveis de controle, o tamanho das empresas, medido pelo logaritmo natural do ativo total das empresas, apresentou elevação no período pós-IFRS. Também foi observado um aumento na média do crescimento das vendas, do período 1 para o período 2. Nota-se também uma elevação nas dívidas (LEV) no período 2. Contudo, como a variação nos passivos (DISSUE) apresenta redução no período 2, depreende-se que o aumento nas dívidas (LEV) pode ter ocorrido mais em função da queda no valor do patrimônio líquido das empresas do que pela elevação das dívidas propriamente. Com base nessas variáveis, foram calculadas as três medidas de GR do Modelo de Barth, Landsman e Lang (2008), a partir das quatro equações de regressão linear múltipla já apresentadas. Antes do cálculo dessas medidas, foram testados os pressupostos da regressão linear da autocorrelação dos resíduos, da homoscedasticidade, da multicolinearidade e da normalidade da distribuição. Os resultados mostram que os pressupostos da autocorrelação dos resíduos (Teste Durbin-Watson) e da multicolinearidade (Teste VIF) foram atendidos, com exceção do pressuposto da homoscedasticidade e da normalidade da distribuição.

O problema da heteroscedasticidade dos dados foi identificado por meio do Teste de White, no *software* Stata 11.2. Para saná-lo, foi utilizada a regressão robusta neste mesmo *software*. Quanto à normalidade dos dados, dado o tamanho da amostra, de 357 e 335 observações para os períodos 1 e 2, respectivamente, esse pressuposto encontra-se relaxado nesta análise. Gujarati (2006) afirma que o pressuposto de normalidade está restrito apenas para pequenas amostras (menores que 100 observações), podendo-se assumir a premissa de normalidade para amostras maiores com base no Teorema do Limite Central (TLC). Segundo Stevenson (2001, pág. 181), pelo Teorema do Limite Central, “[...] mesmo no caso de uma distribuição não-normal, a distribuição das médias amostrais será aproximadamente normal, desde que a amostra seja grande”. Esses resultados, segundo Stevenson (2001), são conhecidos como Teorema do Limite Central e representam um dos conceitos mais importantes relacionados à inferência estatística. A única restrição para seu uso é que a

amostra seja maior que 30 observações.

A primeira medida de GR refere-se à variabilidade do lucro dividido pelos ativos totais de cada empresa, de um ano para o outro. Segundo Barth, Landsman e Lang (2008), menor variação nas mudanças no lucro podem ser evidências de suavização de resultados (*smoothing earnings*). Como o lucro pode sofrer variações influenciadas por fatores externos, além dos relacionados diretamente às normas contábeis, a variável ΔNI_n foi utilizada como variável dependente na equação de regressão 1, que contempla algumas variáveis de controle. O cálculo do nível de GR se dá a partir da variância dos resíduos da equação 1, em lugar da variabilidade do lucro operacional diretamente, a fim de mitigar os efeitos externos sobre a variabilidade do lucro operacional. Os resultados da regressão proveniente da equação 1 são apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 – Resultados da Regressão da Equação 1

Modelo 1	Período pré-IFRS		Período pós-IFRS	
R		0,241		0,305
R ²		0,058		0,093
R ² ajustado		0,034		0,068
Erro padrão da estimativa		0,06420		0,03867
Durbin Watson		2,087		1,628
Variância dos resíduos		0,004		0,001
F		2,377		3,692
Sig		0,013		0,000
n		357		335
Variáveis	Coefficientes	VIF	Coefficientes	VIF
C	-0,024		0,001	
Size	0,004***	2,338	-0,001	2,308
Growth	0,016*	1,271	0,000	1,021
Lev	0,000	1,123	0,000	1,013
Dissue	-0,004*	1,250	-0,007	1,009
Turn	0,010	1,197	-0,007	1,123
CF	-0,022***	1,094	0,065	1,078
Aud	-0,022**	1,509	0,002	1,551
Xlist	-0,004	1,500	0,000	1,536
Close	0,000	1,170	0,000	1,089

a. Variável dependente: ΔNI

b. Previsores: (Constante), size, close, lev, aud, growth, turn, xlist, cf, dissue

* significativo a 1%. ** significativo a 5%. *** significativo a 10%.

Fonte: dados da pesquisa.

Observa-se, na Tabela 2, que o modelo é significativo em ambos os períodos, com poder de explicação de 5,8% e 9,3%, respectivamente. O valor residual do modelo, utilizado no cálculo da suavização de resultados, apresenta valores de 0,004 (período 1) e 0,001 (período 2). Esses valores foram obtidos a partir da variância dos resíduos do conjunto de observações. Apurou-se o resíduo empresa por empresa e, na sequência, calculou-se a variância desse conjunto de resíduos.

As variáveis de controle consideradas significativas para explicação da variabilidade dos lucros (ΔNI) no período 1 foram o tamanho (SIZE) e o fluxo de caixa (CF), a 10%; auditoria (AUD) a 5%; e a variação nos passivos (DISSUE) e o crescimento das vendas (GROWTH) a 1%. No período 2, as variáveis significativas foram As vendas pelos ativos totais (TURN), a 10%; o percentual de ações mantido por indivíduos ou entidades relacionados à empresa (CLOSE), a 5%; e o fluxo de caixa (CF) a 1%. O cálculo da segunda medida de GR leva em consideração a taxa de variabilidade do lucro sobre a variabilidade do fluxo de caixa, sendo ΔNI a variância dos resíduos da equação 1 e ΔCFO a variância dos resíduos da equação 2.

Barth, Landsman e Lang (2008) defendem que firmas com maior volatilidade no fluxo de caixa tipicamente têm maior volatilidade no lucro líquido. Essa segunda medida tenta controlar esse fator. Se as empresas utilizam *accruals* para gerenciar resultados, a variabilidade das mudanças no lucro líquido pode ser menor do que a variabilidade das mudanças no fluxo de caixa operacional. Os resultados da equação de regressão 2 são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 – Resultados da Regressão da Equação 2

Modelo 2	Período pré-IFRS		Período pós- IFRS	
R	0,380		0,783	
R ²	0,145		0,613	
R ² ajustado	0,122		0,603	
Erro padrão da estimativa	0,11794		0,07670	
Durbin Watson	1,823		1,986	
Variância dos resíduos	0,014		0,006	
F	6,514		57,254	
Sig	0,000		0,000	
n	357		335	
Variáveis	Coefficientes	VIF	Coefficientes	VIF
C	0,020		-0,062	
Size	-0,006	2,338	0,006 ^{**}	2,308
Growth	0,013	1,271	-0,001	1,021
Lev	0,002	1,123	0,000	1,013
Dissue	-0,005 ^{**}	1,250	-0,006	1,009
Turn	-0,005	1,197	-0,013	1,123
CF	0,164 [*]	1,094	0,579 [*]	1,078
Aud	-0,001	1,509	-0,015	1,551
Xlist	0,003	1,500	-0,018	1,536
Close	0,000	1,170	0,000	1,089

a. Variável dependente: ΔCFO

b. Previsores: (Constante), size, close, lev, aud, growth, turn, xlist, cf, dissue

* significativo a 1%. ** significativo a 5%. *** significativo a 10%.

Fonte: dados da pesquisa.

Na Tabela 3 observa-se que o modelo é significativo para os dois períodos, com poder de explicação de 14% para o período 1 e de 61% para o período 2. A variância dos resíduos, utilizada para cálculo da suavização de resultados do modelo, é de 0,014 (período 1) e 0,006

(período 2).

As variáveis de controle consideradas significativas para explicação da variabilidade dos fluxos de caixa operacionais (ΔCFO) foram o fluxo de caixa das empresas (CF) em ambos os períodos, a variação nos passivos (DISSUE) no período 1 e o tamanho (SIZE) no período 2.

A segunda métrica de GR consiste na divisão da variabilidade das mudanças no lucro operacional sobre a variabilidade das mudanças no fluxo de caixa, apresentando o seguinte valor para os dois períodos:

Pré-IFRS:

$$\frac{\Delta NI_n}{\Delta CFO_n} - \left(\begin{matrix} 0,004 \\ 0,014 \end{matrix} \right) = 0,29$$

Pós-IFRS

$$\frac{\Delta NI_n}{\Delta CFO_n} - \left(\begin{matrix} 0,001 \\ 0,006 \end{matrix} \right) = 0,17$$

A terceira medida de GR está fundamentada na correlação de Pearson entre os *accruals* (ACC) e os fluxos de caixa (CF). Assim como nas duas medidas anteriores, são comparados os resíduos das equações 3 e 4, em vez das correlações entre ACC e CF diretamente. As variáveis de controle são as mesmas utilizadas nas equações 1 e 2, com exceção da variável CF, que passa a ser tratada como variável dependente na equação 3. O valor dos *accruals*, seguindo o modelo de Barth, Landsman e Lang (2008), é obtido pela diferença entre o lucro operacional e o fluxo de caixa operacional, divididos pelo ativo total.

Segundo Iatridis e Rouvolis (2010), uma correlação negativa é um indicador de GR, uma vez que as empresas tendem a influenciar seus *accruals* para cima quando os fluxos de caixa parecem menores. Os resultados da equação 3 são apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 – Resultados da Regressão da Equação 3

Modelo 3	Período pré-IFRS		Período pós-IFRS	
R		0,292		0,268
R ²		0,086		0,072
R ² ajustado		0,065		0,049
Erro padrão da estimativa		0,26611		0,15743
Durbin Watson		1,987		1,977
Variância dos resíduos		0,071		0,025
F		4,069		3,160
Sig		0,000		0,002
n		357		335
Variáveis	Coefficientes	VIF	Coefficientes	VIF
C	-0,243		-0,110	
Size	0,032*	2,263	0,018*	2,234
Growth	-0,013	1,270	-0,009***	1,009
Lev	0,000	1,123	0,000	1,012
Dissue	-0,003	1,249	-0,011	1,008
Turn	0,090*	1,153	0,042*	1,100

Aud	0,007	1,509	0,004	1,551
Xlist	-0,042	1,496	-0,026	1,532
Close	0,001	1,165	0,000	1,089

a. Variável dependente: CF

b. Previsores: (Constante), size, close, lev, aud, growth, turn, xlist, dissue

* significativo a 1%. ** significativo a 5%. *** significativo a 10%.

Fonte: dados da pesquisa.

A equação 3 utiliza como variável dependente o fluxo de caixa (CF). A Tabela 4 apresenta o modelo da equação 3 como significativo nos dois períodos de análise, com poder explicativo de 8,6% e 7,2% em cada período, respectivamente. Observa-se que, no período 1, a variável que ajuda a explicar o CF das empresas, de modo significativo, é o tamanho das empresas (SIZE) e as vendas divididas pelos ativos (TURN). Já no período 2, as variáveis significativas foram tamanho (SIZE), crescimento das vendas (GROWTH) e as vendas sobre ativos (TURN). Na Tabela 5, apresentam-se os resultados da regressão da equação 4.

Tabela 5 – Resultados da Regressão da Equação 4

Modelo 4	Período pré-IFRS		Período pós- IFRS	
	R		0,097	
R ²		0,009		0,024
R ² ajustado		-0,013		0,000
Erro padrão da estimativa		0,25829		0,12934
Durbin Watson		2,005		2,091
Variância dos resíduos		0,067		0,017
F		0,415		0,983
Sig		0,911		0,449
n		357		335
Variáveis	Coefficientes	VIF	Coefficientes	VIF
C	0,059		0,001	
Size	-0,008	2,263	-0,003	2,234
Growth	0,016	1,270	0,006	1,009
Lev	0,000	1,123	0,000	1,012
Dissue	0,001	1,249	0,008	1,008
Turn	-0,010	1,153	-0,004	1,100
Aud	0,034	1,509	0,033***	1,551
Xlist	0,014	1,496	-0,010	1,532
Close	0,000	1,165	0,000	1,089

a. Variável dependente: ACC

b. Previsores: (Constante), size, close, lev, aud, growth, turn, xlist, dissue

* significativo a 1%. ** significativo a 5%. *** significativo a 10%.

Fonte: dados da pesquisa.

A equação 4 considera como variável dependente os *accruals*. O modelo apresentado na Tabela 5 não é significativo em ambos os períodos, com poder de explicação de 1% e 2%, respectivamente. Nenhuma variável testada é significativa para explicar o valor dos *accruals* (ACC) no período 1. O ACC é explicado de modo significativo no período 2 pela variável empresa de auditoria (AUD), mas apenas a 10%. Para se chegar a terceira medida de GR do Modelo de Barth, Landsman e Lang (2008), calcula-se a correlação de Pearson entre os resíduos das equações 3 e 4. Se o coeficiente de correção for negativo e significativo, há

indícios de GR, por meio da utilização de *accruals*, buscando alinhar o resultado ao fluxo de caixa da companhia.

Tabela 6 – Correlação de Pearson entre os Resíduos das Equações 3 e 4

Variável 1	Variável 2	# casos	Coef.correl.
ResCF _{t1}	ResAcc _{t1}	357	-0,911*
ResCF _{t2}	ResAcc _{t2}	335	-0,758*

ResCF_t = resíduos da equação 3; ResAcc_t = resíduos da equação 4.

* significativo ao nível de 1%

Fonte: dados da pesquisa.

Verifica-se na Tabela 6 que o coeficiente de correlação de Pearson entre o fluxo de caixa (CF) e os *accruals* (ACC) foi negativo em ambos os períodos de análise, indicando haver indícios de GR nos dois períodos. No entanto, considerando-se que a equação 4 não se apresentou significativa, denota-se que seus resíduos (ResAcc_t) não representam apenas o efeito da adoção das IFRS, mas também, demais variâncias nos *accruals* não explicadas pelo modelo. Assim, os resultados da terceira medida de GR não podem ser considerados para responder ao problema da pesquisa. Na Tabela 7, apresenta-se uma síntese das três medidas de GR testadas, no período pré-IFRS (2005 a 2007) e no período pós-IFRS (2010 a 2012), juntamente com o Teste F para as diferenças encontradas nessas medidas entre esses dois períodos de análise.

Tabela 7 – Comparativo do Nível de GR em Empresas Brasileiras

Métricas de GR	Previsão do Modelo	Pós-IFRS (período 2)	Pré-IFRS (período 1)	Estatística F	P-valor
Δ NI	p2 > p1	0,001	0,004	2,7605	0,000
Δ NI / Δ CFO	p2 > p1	0,17	0,29	8,5834	0,000
Correlação ACC e CF (Pearson)	p2 > p1	-0,758*	-0,911*		

Nota: * coeficiente de correlação significativo ao nível de 1%.

Fonte: dados da pesquisa.

Observa-se, na Tabela 7, que a variabilidade do lucro (Δ NI) e a variabilidade da taxa do lucro sobre o fluxo de caixa operacional (Δ NI/ Δ CFO) apresentam índices menores no período 2 em relação ao período 1, sendo esses resultados inversos ao pressuposto no Modelo de Barth, Landsman e Lang (2008). Isso indica que houve menor variabilidade do lucro em relação ao fluxo de caixa operacional das empresas no período pós-IFRS (2010-2012), o que indica aumento nas práticas de suavização de resultados após a convergência.

Já em relação à terceira medida de GR, correlação entre ACC e CF, ela apresenta coeficiente de correlação negativo e significativo em ambos os períodos. No entanto, como o resultado da equação 4 (Tabela 5) não foi significativo, não é possível fazer inferências quanto às práticas de gerenciamento de resultados com base nessa terceira métrica. Para determinar a significância das diferenças encontradas nas duas primeiras medidas de GR, foi utilizado o Teste F sobre os resíduos das equações 1 e 2. Ambas (ΔNI e $\Delta NI/\Delta CFO$) apresentaram diferenças significativas entre os períodos, com P-valor igual a zero.

Tais resultados também são diferentes dos observados por Santos et al. (2011), que não encontraram alterações no grau de conservadorismo contábil entre o primeiro trimestre de 2005 e o terceiro trimestre de 2009. Também não corroboram o estudo de Grecco (2013), que não encontrou modificações nos níveis de gerenciamento de resultados de 361 empresas brasileiras não financeiras no período de 2005 a 2011. No entanto é importante destacar que esses estudos apresentam algumas diferenças em relação a este, como o período de análise, o objeto de análise, conservadorismo contábil no caso de Santos et al. (2011), bem como o modelo de gerenciamento de resultados utilizado (Jones Modificado), no caso de Grecco (2013).

Em relação ao estudo de Grecco (2013), o modelo Jones Modificado calcula o gerenciamento de resultados com base em *accruals* discricionários. Utiliza como variáveis de controle a variação na receita e investimento em imobilizado. No entanto tal modelo recebe críticas por apontar erros de especificação em empresas com lucros e fluxos de caixa muito altos ou muito baixos (DECHOW; SLOAN; SWEENEY, 1995). Além disso, Kang e Sivaramakrishnan (1995) observaram a omissão de uma variável que contemple os custos das vendas e as despesas, pois elas não estão perfeitamente correlacionadas com as receitas. Tais problemas são relativamente comuns em modelos que tentam capturar a parte discricionária dos *accruals*.

Já o modelo utilizado neste estudo, com base no aplicado por Barth, Landsman e Lang (2008), não calcula o GR com base nos *accruals* discricionários. Em vez disso, opta por determinar práticas de suavização de resultados com base nas variações do lucro, do fluxo de caixa e de sua relação com os *accruals* totais. Portanto, são formas conceitualmente diferentes de se apurar o GR, o que pode justificar as divergências de resultados entre este estudo e o de Grecco (2013).

Os resultados deste estudo são relevantes no contexto econômico/jurídico brasileiro por apontarem a necessidade de ampliação dos mecanismos de *enforcement*, que assegurem a

aplicação das normas contábeis internacionais de modo pleno. Isso significa que há possibilidade de existência de uma convergência de direito, mas não de fato. A discussão sobre até que ponto as normas do IASB estão sendo implantadas de modo efetivo e não apenas para cumprir uma exigência legal merece destaque no meio acadêmico.

É possível também que o aumento dos níveis de GR observado no estudo seja fruto de um processo de adaptação dos profissionais brasileiros a normas contábeis estabelecidas com base em princípios ao invés de regras. Tal processo leva tempo para ser concluído e para que os benefícios esperados da convergência, principalmente a melhoria da qualidade da informação contábil, sejam alcançados apenas futuramente. No entanto os órgãos reguladores brasileiros precisam estar atentos a esse processo, para garantir que tenhamos no Brasil uma convergência plena aos padrões contábeis internacionais.

6 CONCLUSÕES

O estudo objetivou verificar a influência do processo de convergência às normas contábeis internacionais do IASB no nível de suavização de resultados em empresas brasileiras. Pesquisa com abordagem quantitativa, pautada no modelo de Barth, Landsman e Lang (2008), foi realizada a partir das demonstrações contábeis de 123 empresas no período de 2005 a 2007 (pré-IFRS) e 2010 a 2012 (pós-IFRS), totalizando 357 observações no período pré e 335 observações no período pós-IFRS. A primeira medida de GR utilizada, variabilidade no lucro, apresentou maior variação no período pré-IFRS, representando indícios de maior suavização nos resultados após a convergência. A suavização de resultados é tratada na literatura como *proxy* do GR. Segundo Lang et al. (2003), Leuz, Nanda e Wysocki (2003), Ball e Shivakumar (2005; 2006), Lang, Raedy e Wilson (2006) e Barth, Landsman e Lang (2008), empresas com menor suavização de resultados apresentam maior volatilidade nos lucros e, conseqüentemente, menor o nível de GR.

A segunda medida de GR utilizada no estudo também apresentou maior razão entre o lucro e o fluxo de caixa operacional no período pré-convergência. De acordo com Barth, Landsman e Lang (2008) e Iatridis (2010), tal fato pode indicar prática de suavização de resultados nos períodos pós-convergência. Significa que as empresas utilizaram *accruals* após a convergência, fazendo com que a variabilidade do lucro (ΔNI) em relação ao fluxo de caixa fosse menor do que o observado no período pré-convergência.

A terceira medida de GR, caracterizada pela correlação entre o fluxo de caixa operacional e os *accruals*, não apresentou resultados significativos para a equação 4, que trata dos *accruals* (ACC). Assim, não é possível se houve maior utilização de *accruals* e,

consequentemente, maior GR, após a convergência. A literatura aponta que quanto menor o fluxo de caixa das empresas, maior a utilização de *accruals*. Lang et al. (2003), Leuz, Nanda e Wysocki (2003), Ball e Shivakumar (2005; 2006), Lang, Raedy e Wilson (2006), Barth, Landsman e Lang (2008) e Iatridis (2010) afirmam que empresas com restrição no fluxo de caixa podem utilizar *accruals* para reduzir seus resultados. A partir dos resultados das duas primeiras medidas de GR, conclui-se que, nas empresas brasileiras, o processo de convergência às normas contábeis do IASB, mais flexíveis e baseadas em princípios ao invés de normas, resultou, pelo menos em um primeiro momento, em elevação dos níveis de suavização de resultados evidenciados pelas empresas. É possível que a maior flexibilidade das normas atuais tenha aumentado o poder discricionário do preparador das demonstrações contábeis. Este pode ter utilizado seu poder para gerenciar resultados, a fim de atingir objetivos próprios em detrimento dos demais usuários da informação contábil.

Esse resultado é consistente com os estudos de Goncharov e Zimmermann (2006) e Paananen e Lin (2009), ambos em empresas alemãs, que apontaram elevação no GR após a adoção das IFRS. Coaduna também o estudo de Iatridis e Rouvolis (2010), que indicaram elevação do GR em empresas gregas logo após a convergência. Porém é divergente dos resultados encontrados em alguns estudos com empresas brasileiras, como os de Santos et al. (2011) sobre conservadorismo contábil, além de Grecco (2013) sobre gerenciamento. Depreende-se que ainda há divergências entre os estudos nacionais a respeito dos efeitos da adoção das IFRS na qualidade da informação contábil divulgada por empresas brasileiras.

No entanto, como o processo de convergência contábil internacional no Brasil ainda é recente, ele pode não estar totalmente consolidado, principalmente em termos de adaptação dos preparadores de informações contábeis às novas regras. Assim, é possível que, no futuro, a maior qualidade das normas do IASB, defendida nos diversos estudos aqui apresentados, aliada à adaptação das características contextuais do Brasil a essas normas, resulte em melhoria da qualidade da informação contábil evidenciada pelas empresas, por meio da redução dos níveis de GR.

Os resultados da pesquisa não permitem rejeitar a primeira hipótese de pesquisa do estudo: H_1 – o processo de convergência às normas contábeis internacionais aumentou o gerenciamento de resultados em companhias brasileiras. Por outro lado, rejeita-se a hipótese 2: H_2 – o processo de convergência às normas contábeis internacionais diminuiu o gerenciamento de resultados em companhias brasileiras.

Conclui-se com base no estudo realizado, que a efetividade do processo de

convergência das normas contábeis de um país para as normas internacionais do IASB, a fim de que se obtenha melhoria na qualidade da informação contábil, não depende apenas da convergência das normas contábeis. É preciso que o país se preocupe também com a adequação da legislação, investimento na proteção a investidores, boas práticas de governança corporativa, treinamento de profissionais e melhoria na qualidade da educação contábil. Sem investir na educação contábil, corre-se o risco de dispor de um conjunto de normas contábeis de excelente qualidade, mas não haver profissionais capazes de utilizá-las com competência.

Como principais limitações do estudo, pode-se citar o modelo utilizado de Barth, Landsman e Lang (2008). Apesar de citado regularmente na literatura sobre o assunto, utilizar diversas medidas de suavização de resultados e trabalhar com variáveis de controle, que minimizam os efeitos ambientais sobre as medidas de GR, exclui outras medidas de GR presentes na literatura que podem levar a resultados diferentes. Além disso, os próprios autores não asseguram que as variáveis de controle utilizadas no modelo consigam neutralizar totalmente todas as influências do ambiente nos resultados. Outra limitação está relacionada à variável Fluxo de Caixa Operacional (CFO). Antes da Lei nº 11.638/07, não era obrigatória a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) por empresas brasileiras. A variável CFO foi retirada diretamente da base de dados da Thomson One Banker. No entanto pode haver divergência na composição dessa variável antes e após a entrada em vigor da lei.

REFERÊNCIAS

ASHBAUGH, Hollis; OLSSON, Per. An exploratory study of the valuation properties of cross-listed firms' IAS and U.S. Gaap earnings and book values. **The Accounting Review**, v. 77, n. 1, p. 107-126, 2002.

ASHBAUGH, Hollis; PINCUS, Morton. Domestic Accounting Standards, International accounting standards and the predictability of earnings. **Journal of Accounting Research**, v. 39, n. 3, p. 417-434, 2001.

BALL, Ray; SHIVAKUMAR, Lakshmanan. **Earnings quality in UK private firms: comparative recognition timeliness.** **Journal of Accounting & Economics**, v. 39, n. 1, p. 83-128, 2005.

BALL, Ray; SHIVAKUMAR, Lakshmanan. The role of accruals in asymmetrically timely gain and loss recognition. **Journal of Accounting Research**, v. 44, n. 2, p. 207-249, 2006.

BARTH, Mary E.; LANDSMAN, Wayne R.; LANG, Mark H. International Accounting standards and accounting quality. **Journal of Accounting Research**, v. 46, n. 3, p. 467-498, 2008.

BENEISH, Messod D.; YOHN, Teri Lombardi. Information friction and investor bias: a perspective on the effect of global IFRS adoption on the extent of equity home bias. **Journal**

of Accounting and Public Policy, v. 27, p. 433-443, 2008.

BURGSTHALER, David; DICHEV, Iliia. Earnings management to avoid earnings decreases and losses. **Journal of Accounting and Economics**, v. 24, p. 99-126, 1997.

CAVALIER-ROSA, Regina; TIRAS, Samuel L. Adoção do IFRS no Brasil: um terreno fértil para pesquisa sobre gerenciamento de resultados. **Brazilian Business Review**, v, 10, n. 4, p. 141-156, 2013.

CHEN, Huifa; TANG, Qingliang; JIANG, Yihong; LIN, Zhijun. The role of accounting standards: evidence from the European Union. **Journal of International Financial Management & Accounting**, v. 21, n. 3, p. 1-57, 2010.

CHRISTENSEN, Hans B.; LEE, Edward; WALKER, Martin. Cross-sectional variation in the economic consequences of international accounting harmonization: the case of mandatory IFRS adoption in the UK. **The International Journal of Accounting**, v. 42, p. 341-379, 2007.

CHRISTENSEN, Hans B.; LEE, Edward; WALKER, Martin. Incentives or standards: what determines accounting quality changes around IFRS adoption? **Working Paper**, Manchester Accounting and Finance Group and Manchester Business School, 2008.

DASKE, Holger; HAIL, Luzi; LEUZ, Christian; VERDI, Rodrigo. Mandatory IFRS reporting around the world: early evidence on the economics consequences. **Journal of Accounting Research**, v. 46, n. 5, p. 1085-1142, 2008.

DECHOW, Patricia M.; SLOAN, Richard G.; SWEENEY, Amy P. Detecting earnings management. **The Accounting Review**. v. 70, n. 2, p. 193-225, 1995.

DING, Yuan; SU, Xijia. Implementation of IFRS in a regulated market. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 27, p. 474-479, 2008.

DYCK, Alexander; ZINGALES, Luigi. Private benefits of control: an international comparison. **The Journal of Finance**, v. 59, n. 2, p. 537-600, 2004.

ELBANNAN, Mohamed A. Accounting and stock market effects of international accounting standards adoption in an emerging economy. **Review of Quantitative Finance and Accounting**, v. 36, n. 2, p. 207-245, 2011.

ERNSTBERGER, Jürgen; VOGLER, Oliver. Analyzing the German accounting triad – “accounting premium” for IAS/IFRS and U.S. GAAP vis-à-vis German GAAP? **The International Journal of Accounting**. v. 43, p. 339-386, 2008.

GONCHAROV, Igor; ZIMMERMANN, Jochen. Do accounting standards influence the level of earnings management? Evidence from Germany. **Working Paper**, 2006. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=386521>. Acesso em: 22 abr. 2010.

GRECCO, Marta C. P. O efeito da convergência brasileiras às IFRS no gerenciamento de resultados das empresas abertas brasileiras não financeiras. **Brazilian Business Review**, v. 10, n. 4, p. 117-140, 2013.

GUJARATI, Damodar N. **Econometria básica**. 4. ed. São Paulo: Campus Books, 2006.

HEALY, Paul M.; WAHLEN, James M. A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. **Accounting Horizons**, v. 13, p. 365-383, 1999.

IATRIDIS, George. International financial reporting standards and the quality of financial statement information. **International Review of Financial Analysis**, v. 19, n. 3, p. 193-204, 2010.

IATRIDIS, George; ROUVOLIS, Sotiris. The post-adoption effects of the implementation of international financial reporting standards in Greece. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, v. 19, p. 55-65, 2010.

JEANJEAN, Thomas; STOLOWY, Hervé. Do accounting matters? An exploratory analysis of earnings management before and after IFRS adoption. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 27, p. 480-494, 2008.

JONES, Jeniffer J. Earnings management during import relief investigations. **Journal of Accounting Research**, v. 29, n. 2, p. 193-228, 1991.

KANG, Sok-Hyon; SIVARAMAKRISHNAN, K. Issues in testing earnings management and an instrumental variable approach. **Journal of Accounting Research**. Oxford, v. 33, n. 2, p. 353-367, aut. 1995.

LANG, Mark; RAEDY, Jana Smith; YETMAN, Michelle Higgings. How representative are firms that are cross-listed in the United States? An analysis of accounting quality. **Journal of Accounting Research**, v. 41, n. 2, p. 363-397, 2003.

LANG, Mark; RAEDY, Jana S.; WILSON, Wendy. Earnings management and cross listing: are reconciled earnings comparable to us earnings? **Journal of Accounting and Economics**, v. 42, n. 1/2, p. 255-338, 2006.

LEUZ, Christian; NANDA, Dhananjay; WYSOCKI, Peter D. Earnings management and investor protection: an international comparison. **Journal of Financial Economics**, v. 69, n. 3, p. 505-528, 2003.

MARTINEZ, Antonio Lopo. **Gerenciamento dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras**. 2001. 153f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

PAANANEN, Mari; LIN, Henghsiu. The development of accounting quality of IAS and IFRS over time: the case of Germany. **Journal of International Accounting Research**, v. 8, n. 1, p. 31-55, 2009.

PAGANO, Marco; RÖELL, Ailsa A.; ZEHNER, Josef. The geography of equity listings: why do companies list abroad? **Journal of Finance**, v. 57, p. 2379-2856, 2002.

PAULO, Edilson. **Manipulação das informações contábeis: uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados**. 2007. 260f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

RENDERS, Annelies; GAEREMYNCK, Ann. The impact of legal and voluntary investor protection on the early adoption of international financial reporting standards (IFRS). **The Economist**, v. 155, n. 1, p. 49-72, 2007.

SANTOS, Ariovaldo dos; PAULO, Edílson. Diferimento das perdas cambiais como instrumento de gerenciamento de resultados. **Brazilian Business Review**, v. 3, n. 1, p. 15-31, 2006.

SANTOS, Luis Paulo G. dos; LIMA, Gerlando A. S. F. de; FREITAS, SHEIZI C. de; LIMA, Iran S. Efeito da Lei 11.638/07 sobre o conservadorismo condicional das empresas listadas BM&FBOVESPA. **Revista de Contabilidade & Finanças – USP**, v. 22, n. 56, p. 174-188, maio/ ago. 2011.

SCHIPPER, Katherine. Earnings management. **Accounting Horizons**, v. 3, n. 4, p. 91-102, 1989.

STEVENSON, William J. **Estatística aplicada à administração**. São Paulo: Harbra, 2001.

TRAPP, Adriana C.G. **A relação do conselho fiscal como componente do controle no gerenciamento de resultados contábeis**. 2009. 133f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

VAN TENDELOO, Brenda; VANSTRAELEN, Ann. Earnings management under German GAAP versus IFRS. **European Accounting Review**, v. 14, n. 1, p. 155, 2005.

WATTS, Ross L.; ZIMMERMANN, Jerold L. **Positive accounting theory**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1986.

YOON, Sora. **Accounting quality and international accounting convergence**. 2007, 107 f., Tese (Doctor of Philosophy) – Oklahoma State University, 2007.